

As memórias do salazarismo e do franquismo no espaço público

Luciana Soutelo (Universidade do Porto; Instituto de História Contemporânea)

RESUMO

Este artigo analisa a memória pública das ditaduras em Portugal e Espanha, desde o período de transição para a democracia. As ditaduras ibéricas apresentam pontos em comum, já que ambas sobreviveram ao fim do nazi-fascismo até meados dos anos 1970. No entanto, existem especificidades históricas que influenciam diretamente no processo de evocação pública do passado: a Revolução Portuguesa que pôs fim ao salazarismo e a Guerra Civil Espanhola que precedeu o franquismo.

Palavras-chave: memória; salazarismo e franquismo; revisionismo histórico

ABSTRACT

This article analyses the public memory of Portuguese and Spanish dictatorships, since the transition to democracy periods. The Iberian dictatorships have common aspects, as both of them survived the end of Nazi-Fascism until the middle 1970's. However, there are historical details that influence on the configuration of the dictatorships' public memories: the Portuguese Revolution which ended Salazarism and the Spanish Civil War which preceded Francoism.

Key words: memory; Salazarism and Francoism; historical revisionism

Uso público da História e revisionismo histórico: analisar a memória das ditaduras desde finais do século XX

A evocação pública do passado ditatorial é uma problemática complexa que as mais diversas sociedades viram-se obrigadas a enfrentar ao longo do século XX. Neste sentido, é interessante o conceito de *uso público da História*; segundo Nicola Gallerano, pertencem a esta definição os meios de comunicação de massa, as artes e literatura, a escola, os museus históricos, monumentos e espaços urbanos, além de inumeráveis instituições (associações culturais, partidos políticos, etc.). Todos estes elementos expressam no espaço público das sociedades – com objetivos mais ou menos declaradamente ideológicos ou partidários – variadas leituras do passado com base nas memórias dos grupos sociais que representam. Apesar de salientar que o *uso público da História* não é um fenómeno novo, Gallerano reconhece o seu desenvolvimento desde a década de 1990, o que atribui ao marco de 1989. Pois o fim da Guerra Fria e do bloco

comunista ocasionou, nas mais diversas sociedades, um ímpeto por reescrever a História.¹

Logo, o fenômeno dos anos 1990 de intensa rememoração do passado recente – muitas vezes denominado *excesso de memória* – apresenta íntima relação com o imperativo de reescrever o passado ocasionado pela redefinição da ordem política mundial. Neste mesmo marco temporal pode-se situar, por um lado, a viragem conservadora do pensamento político internacional – processo já iniciado desde finais dos anos 1970 –, e, por outro lado, o desenvolvimento da tendência de *revisionismo histórico* – que aplica à interpretação da História uma visão conservadora do mundo, sem dúvida influenciada por aquela viragem política.

O conceito de *revisionismo histórico* é importante para compreender o processo de (re)construção das memórias sobre passados autoritários nas últimas décadas. Em primeiro lugar, convém diferenciar este fenômeno do processo natural de *revisão* historiográfica, fruto da reavaliação de interpretações consolidadas à luz de novos conhecimentos surgidos no curso da investigação histórica. Segundo Enzo Traverso, o *revisionismo histórico* implica uma “viragem ético-política” na forma de compreender o passado. Isto significa o questionamento de uma consciência histórica compartilhada e uma responsabilidade coletiva em relação ao passado: ao abordar sempre acontecimentos fundadores – como revoluções, fascismos, nazismo, etc. –, sua releitura da História ultrapassa as revisões de interpretação próprias de uma época, afetando diretamente o sentido das visões do mundo e identidades sociais.²

Para Domenico Losurdo, a consequência imediata da releitura do mundo contemporâneo feita pelo *revisionismo histórico* é a liquidação da tradição revolucionária, desde 1789 até a atualidade. Losurdo demonstra que o desenvolvimento de interpretações com o fim de deslegitimar a tradição revolucionária data do período inicial de Guerra Fria.³ No entanto, só a partir de fins dos anos 1980 estas versões passam a beneficiar de considerável visibilidade social, influenciando, assim, na esfera da memória das sociedades. É possível situar aí a emergência do *revisionismo histórico*

1 GALLERANO, Nicola. “Introduzione”; “Storia e uso pubblico della storia” in GALLERANO, Nicola. *L’uso pubblico della storia*. Milão: Franco Angeli, 1995. P. 7, 8, 17, 18

2 TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons, 2007. P. 99, 100, 101

3 LOSURDO, Domenico. “Due secoli in discussione: il revisionismo storico” in *Il Revisionismo Storico. Problemi e miti*. Roma-Bari: Laterza, 1996. pp. 3-35

como tendência crescentemente significativa, não só na historiografia mas também na sociedade de uma forma geral.

Neste ponto, é importante frisar a distinção entre *memória* e *História*, de modo a permitir uma ampla compreensão do fenômeno *revisionista*. De acordo com Pierre Nora, trata-se de conceitos que se opõem em muitos aspectos: a memória é um fenômeno sempre atual e em evolução permanente, aberto à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas e vulnerável a diversas utilizações e manipulações; a História, por outro lado, é uma reconstrução do passado problemática e incompleta, comprometida com a análise e o discurso crítico.⁴ Apesar da necessidade de diferenciar *memória* e *História*, é inegável que estes dois âmbitos de representação do passado apresentam pontos em comum, os quais, em última instância, se relacionam com as tendências políticas e ideológicas de uma época. Deve-se admitir, assim, a atuação de uma mútua influência, ainda que comedida, entre a(s) memória(s) coletiva(s) dominante(s) em um período histórico e a historiografia produzida neste mesmo período – pois o historiador, como homem de seu tempo, está sujeito às influências de sua época; estas, juntamente com suas próprias concepções pessoais, são responsáveis pela seleção dos aspectos a serem privilegiados na análise social, a qual, indubitavelmente, não é neutra.

Contudo, o *revisionismo histórico* ultrapassa esta esperada influência dos valores de uma época no resultado da análise histórica: ocorre, muitas vezes, a desconsideração de processos e especificidades históricos de modo a confirmar posicionamentos ideológicos de seus autores. Quando esta situação advém de profissionais comprometidos com a análise social – historiadores, cientistas sociais, filósofos, etc. –, pode-se afirmar que houve uma negligência metodológica com o fim de manipular a História. O que dizer, porém, quando manifestações semelhantes provêm da generalidade dos meios de comunicação, de cidadãos comuns que simplesmente emitem um juízo sobre a História? O controle, neste caso, torna-se muito mais difícil, pois se adentra diretamente no âmbito da memória, cuja análise nos informa tanto sobre a identidade social presente quanto sobre as perspectivas de futuro de uma sociedade.

Portanto, o *revisionismo histórico* deve ser entendido como um fenômeno que alcança grande amplitude social em várias sociedades de finais do século XX: não

4 NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux” in NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. P. 24

apenas na historiografia, mas especialmente no espaço público das sociedades, ou seja, no âmbito da memória.

A memória das ditaduras em perspectiva comparada

É interessante a comparação entre diversos casos nacionais para o estudo da memória sobre passados autoritários. Tratando do caso francês de ocupação e colaboracionismo nazista durante a II Guerra Mundial, Henry Rousso propõe uma periodização de quatro fases para compreender a evocação pública desta memória, problemática que denomina “a síndrome de Vichy”. A primeira fase – que se estende até meados dos anos 1950 – é a fase do “luto”, marcada pelo problema da lenta e difícil liquidação das sequelas imediatas da ocupação e caracterizada por fortes contradições entre necessidades opostas, ou seja, a obrigação de recordar e o desejo de esquecer, o que se materializou nos processos de depuração e nas leis de anistia. A segunda fase – desde a segunda metade dos anos 1950 e durante toda a década de 1960 – caracteriza-se pelo desaparecimento do espaço público das questões relativas ao regime de Vichy e à colaboração, que se convertem em temas tabus. Não se tratava propriamente de um *esquecimento* e sim de um certo *consenso* na consideração de que se havia “passado a página” em relação aos *années noires* de 1940-1944. Esta tendência de *repressão* do passado foi acompanhada pela difusão do mito “resistencialista”, que associava a Resistência ao conjunto da nação francesa.

Durante a década de 1970, a terceira fase significou o “retorno do reprimido”, com a tomada de consciência das responsabilidades francesas na ocupação. A partir de então, Vichy situou-se no centro das polêmicas sobre o passado, num contexto em que a evocação da Resistência já não era argumento suficiente para encobrir a importância da colaboração e a influência das ideias fascistas na sociedade francesa. Dessa forma, ganhava notoriedade a concepção de um fascismo francês, de modo que a representação do período com maior visibilidade social desde o pós-guerra – sintetizada na ideia da luta entre “traidores” e “patriotas” – dava lugar a leituras do conflito baseadas num antagonismo de natureza fundamentalmente política, ou seja, a oposição entre “fascistas” e “antifascistas”. Finalmente, desde a década de 1980 e até a atualidade, a quarta fase caracteriza-se pela “obsessão memorial”, com a crescente presença do passado no espaço público mediatizado, além da adoção de políticas de memória com o fim de reparação simbólica, econômica ou judicial. Rousso destaca que nesta fase configura-se um novo paradigma de representação dominante do passado, marcado pela

questão do Holocausto. De modo que as leituras sobre a ocupação passam pela evocação do antisemitismo francês, que se torna o principal elemento do debate público sobre este período. Assim, o eixo dominante de interpretação do passado já não é nem patriótico nem político e sim moral, em que a ideia de *vítimas* ocupa papel de destaque. Esta última fase caracteriza-se também por uma intensa instrumentalização do passado através dos meios de comunicação e por uma tendência a julgar as opções políticas dos atores do período da ocupação e do pós-guerra, o que com frequência dá origem a anacronismos e equívocos históricos.⁵

Uma periodização semelhante pode ser utilizada para o caso alemão (RFA): aos primeiros anos de reconstrução nacional segue-se a fase de “repressão” do período Adenauer (1949-1963), baseada no discurso de que apenas alguns membros da cúpula do Estado eram responsáveis pelos crimes nazistas, de modo que a maioria dos alemães convertia-se em *vítimas da guerra*. A partir de meados dos anos 1960, este discurso de vitimização – sem nunca desaparecer – passa progressivamente a segundo plano, com o destaque adquirido pela questão do Holocausto e a conversão de Auschwitz no novo marco fundador de identidade da Alemanha Federal. A partir da década de 1980, também a Alemanha Federal, e posteriormente a Alemanha unificada, conhece a fase de “obsessão memorial”, com destaque para a “controvérsia entre historiadores” (*Historikerstreit*) em 1986/87 – polémica pública sobre o passado da II Guerra Mundial protagonizada pelos meios de comunicação. Nesta fase, verifica-se um retorno ao discurso vitimista dos anos 1950, o que constitui o foco do debate público e das discussões acerca do *revisionismo histórico*. Segundo Régine Robin, 1989 e a reunificação permitiram a aceleração de uma tendência que já existia mas que não estava de forma alguma generalizada. Por um lado, recupera-se o lugar de vítimas dos refugiados e expulsos e questiona-se a necessidade dos bombardeios aliados; por outro lado, ressurgem a problemática do *totalitarismo*, metamorfoseada na experiência da dupla ditadura alemã, de modo que os crimes do Exército Vermelho são entendidos como simétricos aos crimes nazistas. E, assim, o anticomunismo torna-se um novo referente de identidade.⁶

No que diz respeito aos casos português e espanhol – duas ditaduras de caráter fascista que se prolongam para além do fim da II Guerra Mundial, até meados dos anos

5 ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy 1944-198..* Paris: Éditions du Seuil, 1980; ROUSSO, Henry. *Vichy. Un passé qui ne passe pas.* Paris: Fayard, 1994; ROUSSO, Henry. “La memoria de Vichy o la ilusión de la excepción francesa (1980-2000)” in ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (eds.) *Guerra Civil. Mito y memoria.* Madrid: Marcial Pons, Casa de Velázquez, 2006. Pp. 321-336

1970 –, existem especificidades históricas que influenciam diretamente no processo de evocação pública do passado: o impacto da guerra civil que precedeu o regime franquista e o fato de o salazarismo ter sido derrubado por um golpe militar que de imediato se transforma numa revolução social. Além disso, deve-se considerar as relações de forças político-sociais nos variados momentos desde a transição para a democracia e a sua consequente influência na configuração da memória pública sobre o passado ditatorial.

- Espanha: da “reconciliação nacional” à erupção das *memórias subterráneas*

Com a morte de Franco e após o impasse inicial que significou a política continuista do governo Arias Navarro, as principais forças políticas em disputa no governo Suárez eram os reformistas do regime e a oposição democrática: os primeiros tinham direto interesse em negociar com a oposição de modo a conferir legitimidade às suas políticas liberalizadoras; a oposição, por sua vez, não desejava ser marginalizada do processo político. Além disso, deve-se levar em conta tanto a influência do legado político franquista no interior das Forças Armadas quanto a pressão de uma crescente conflituosidade social e laboral, enfrentada com violência pelas forças repressivas. Neste contexto delicado de relações de forças em disputa, é possível entender a não instrumentalização política do passado recente por parte dos atores político-sociais atuantes no espaço público da transição espanhola, assim como a ausência de políticas de memória para enfrentar o legado autoritário.

Segundo Paloma Aguilar, em 1975 a memória da guerra civil estava consideravelmente presente na sociedade espanhola, muito embora se tratasse de uma memória maioritariamente transmitida e não vivida, devido à mudança geracional verificada; porém, o que permitiu a ativação desta memória com suficiente força foram as situações de violência do período. De modo que o elemento primordial nos anos da transição – compartilhado pelas principais forças políticas e por amplos setores sociais – era assegurar a democracia e não discutir o passado publicamente. Assim, recuperou-se a ideia da “reconciliação nacional” – já defendida pela oposição antifranquista desde

6 ROBIN, Régine. “El nuevo devenir victimario de Alemania” in VINYES, Ricard (ed.) *El estado y la memoria. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009. Pp. 211-248

meados dos anos 1950 –, que enfatizava a “culpa coletiva” pela guerra civil e o “consenso”, repudiando-se qualquer tipo de violência política.⁷

Desta forma, configurava-se uma política de memória – ou mais exatamente, uma ausência de políticas de memória – mantida pelos governos socialistas a partir de 1982, para além dos anos da transição, e que consistia não propriamente num “pacto de silêncio” ou num “esquecimento” e sim numa opção explícita por não discutir o passado publicamente. Assim, em declaração oficial do Governo a propósito do 50º aniversário do início da guerra civil, em 1986, destacava-se que:

“(…) a guerra civil espanhola é definitivamente história, parte da memória dos espanhóis e de sua experiência coletiva. Mas não tem – e nem deve ter – presença viva na realidade de um país cuja consciência moral última se baseia nos princípios de liberdade e de tolerância. (...) O Governo expressa sua convicção de que Espanha tem demonstrado reiteradamente sua vontade de esquecer as feridas abertas no corpo nacional pela guerra civil, sua vontade de viver numa ordem política baseada na tolerância e na convivência, na qual a memória da guerra seja, em qualquer circunstância, um estímulo à Paz e ao entendimento entre todos os espanhóis. Para que nunca mais, por nenhuma razão, por nenhuma causa, volte o espectro da guerra civil e do ódio a percorrer o nosso país, a ensombrar nossa consciência e a destruir nossa liberdade. Por tudo isso, o Governo expressa também o seu desejo de que o 50º aniversário da guerra civil sele definitivamente a reconciliação dos espanhóis e a sua integração irreversível e permanente no projeto otimista que se iniciou com o estabelecimento da democracia na Monarquia encabeçada pelo rei don Juan Carlos”.⁸

A hegemonia de tal discurso público sobre o passado significava a defesa de uma simetria entre as memórias da guerra civil, as quais, porém, existiam no espaço público de forma assimétrica, já que não houve um rompimento com a memória pública do período franquista. Nesse contexto, as memórias republicanas e da repressão franquista mantinham-se nos espaços privados e familiares.

7 Cf. AGUILAR, Paloma. “Justicia, política y memoria: los legados del franquismo en la transición española” in AGUILAR, Paloma; GONZÁLEZ, Carmen; BARAHORA DE BRITO, Alexandra. (eds.) *Las políticas hacia el pasado. Juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias*. Madrid: ISTMO, 2002. Pp. 135-193; DURÁN MUÑOZ, Rafael. “Fortaleza del Estado y acción colectiva en el cambio de régimen. España y Portugal en perspectiva comparada” in BABY, Sophie; COMPAGNON, Olivier; GONZÁLEZ, Eduardo (eds.) *Violencia y transiciones políticas a finales del siglo XX*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009. Pp. 157-177

8 “Declaración del Gobierno de la Nación con ocasión del 50 aniversario del comienzo de la Guerra Civil. 18 de julio de 1986”

Esta situação começa a modificar-se em meados dos anos 1990, com a mudança nas relações de forças políticas a partir da vitória do Partido Popular nas eleições gerais de 1996. Desde então, o passado recente ocupa progressivamente o primeiro plano do debate público, e as memórias *subterrâneas* desde o período franquista passam a ser reconhecidas publicamente. Por um lado, este processo explica-se pela chegada ao poder da direita pela primeira vez desde a transição, uma direita com cada vez menos complexos na defesa de seu patrimônio histórico herdado do franquismo; ao mesmo tempo, configura-se uma crise de identidade e legitimidade do partido que governou Espanha nos últimos 14 anos (PSOE), acompanhada, no plano internacional, pela crise dos paradigmas de esquerda desde o fim do socialismo real, no início da década. Por outro lado, a entrada na vida pública de uma geração que não participou na transição para a democracia – a geração dos “netos da guerra civil” – implica o surgimento de novos questionamentos e demandas sociais em relação ao passado; há, assim, uma multiplicação de associações que defendem a memória e que exercem crescente protagonismo no espaço público mediatizado. Este processo atinge o seu ápice na primeira década do século XXI, com a discussão sobre a Lei da Memória Histórica⁹. O que estava em jogo era a reivindicação de memórias nunca antes reconhecidas publicamente: tanto as memórias republicanas quanto as da luta antifranquista.¹⁰

Em sentido oposto ao desta reivindicação das memórias *subterrâneas* no espaço público espanhol, situa-se – dentro do mesmo quadro cronológico e de mudança geracional – o surgimento de teses que recuperam as explicações franquistas sobre a II República, a Guerra Civil e a própria ditadura franquista, fenômeno que se convencionou chamar *revisionismo histórico*. Trata-se de obras com considerável divulgação mediática e amplo sucesso de vendas, o que contrasta com a sua rejeição no meio acadêmico.¹¹ Segundo Enrique Moradiellos, não se trata de mera corrente historiográfica que “revisa” o passado, e sim de um “fenômeno político” de implantação

9 “Lei atavés da qual se reconhecem e ampliam direitos e se estabelecem medidas a favor de quem padeceu perseguição ou violência durante a Guerra Civil e a Ditadura”, mais conhecida como “Lei da Memória Histórica, foi aprovada pelo Senado em dezembro de 2007, nos últimos momentos do governo socialista iniciado em 2004, após mais de um ano desde a apresentação da proposta de lei.

10 Cf. BERNECKER, Walther. “‘Luchas de memorias’ en la España del siglo XX” in CUESTA, Josefina (Dir.) *Memorias históricas de España (siglo XX)*. Madrid: Fundación Francisco Largo Caballero, 2007. Pp. 38-57; DOMÈNECH, Xavier. “El asalto al olvido. Entre el poder y la sociedad” in VINYES, *op. cit.* Pp. 425-440

11 Dentre as principais vozes que sustentam estas teses destaca-se: Pío Moa, César Vidal, Ángel David Martín Rubio, José Javier Esparza, Federico Losantos, César Alcalá.

socio-cultural e com interesse direto de intervenção política no presente e no futuro da democracia espanhola.¹² Convém destacar que este caráter presentista, caracterizado pela simplificação da análise histórica, é traço comum aos mais diversos casos de *revisionismo histórico* contemporâneo; a diferença é que em Espanha o fenómeno *revisionista* realmente não está tão difundido na historiografia como ocorre em outros casos nacionais, como o alemão, o italiano e inclusive o português.

A fase de “obsessão memorial” espanhola dos últimos anos também apresenta aspectos do anacronismo denunciado por Rousso: tanto um *anacronismo memorialista* por parte de alguns setores militantes – que acabam por pretender “julgar” a geração que protagonizou a transição para a democracia, desconsiderando, assim, as especificidades históricas do período – quanto um *anacronismo revisionista* – que simplifica e distorce a História tendo em vista objetivos políticos do presente. Não convém, porém, igualar estes dois fenómenos sociais de *uso público da História*, bastante diferentes entre si: no primeiro caso trata-se de uma exigência de justiça equitativa, ou seja, políticas de memória que reconheçam oficialmente as vítimas republicanas e antifascistas, tendo em vista que as vítimas da violência republicana já tiveram sua restituição pública e oficial, seus mortos reconhecidos e seus cadáveres exumados ao longo do período franquista; já o fenómeno do *revisionismo histórico* corresponde a uma tentativa de consolidar – sob vestes de explicação histórica – uma versão da memória claramente política e simplificadora do ponto de vista histórico. Por outro lado, esta fase deve ser compreendida também dentro da lógica de valorização dos direitos humanos na esfera internacional, com destaque para a influência dos casos latino-americanos, e em especial os processos internacionais contra repressores argentinos e chilenos, âmbito em que os tribunais espanhóis tiveram protagonismo. Esta situação internacional teve o efeito de impulsionar a atuação de organizações que reivindicavam políticas de memória em defesa dos represaliados da guerra civil e do franquismo.

- Portugal: entre a valorização da memória antifascista e o desenvolvimento do *revisionismo histórico*

A revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974 implica consideráveis diferenças no processo de evocação pública do passado. Num primeiro momento, que coincide e é impulsionado pelo próprio desenvolvimento da Revolução, há uma hegemonia da

12 MORADIELLOS, Enrique. “Revisión histórica crítica y revisionismo político presentista: el caso español” in CUESTA, *op. cit.* P. 375

memória do antifascismo. É em defesa dessa memória que se fazem, espontaneamente, os primeiros atos e exigências do movimento popular: o cerco à sede da Polícia Política e a perseguição e prisão de pides¹³; a exigência de libertação imediata dos presos políticos e de extinção dos órgãos do regime; o *saneamento*¹⁴ de pessoas que ocupavam cargos de poder no governo, empresas, universidades, escolas, jornais, etc. Enfim, tratava-se de uma memória – como no caso espanhol – longamente reprimida durante a ditadura salazarista, mas que encontrou a oportunidade de eclodir e manifestar-se no espaço público com a conjuntura revolucionária.

É possível dizer, portanto, que sem o pretender explicitamente – ou seja, não sendo políticas previamente planejadas para fazer frente ao legado autoritário –, a própria dinâmica revolucionária inicial significou a materialização de políticas de memória em rejeição do passado ditatorial e em valorização da luta antifascista. Com a contenção do processo revolucionário, em 25 de Novembro de 1975, inicia-se um processo de reversão das medidas revolucionárias – cujo exemplo mais marcante no que diz respeito a políticas de memória talvez seja a reintegração dos *saneados* do Estado Novo, uma política que, entretanto, não é estendida aos *saneados* do 25 de Novembro, ligados à partidos e organizações de esquerda.¹⁵

No entanto, até finais dos anos 1970 as memórias do antifascismo ainda desfrutavam de ambiente favorável e de relativa hegemonia no espaço público português. Durante a década de 1980, com o predomínio de governos de direita, a discussão pública sobre a ditadura não ocupa papel de destaque. Em 1989, por ocasião do centenário de Salazar, que coincide com os 15 anos da Revolução, começa a ganhar visibilidade social aquilo que Fernando Rosas chama “uma visão banalizadora da natureza e das políticas do regime”¹⁶, com base numa recuperação da figura de Salazar que permite caracterizar o regime nos moldes de uma “exceção”, não tão maléfico socialmente quanto outros regimes análogos de seu tempo.

13 Referência à sigla da polícia política portuguesa PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

14 Os *saneamentos*, iniciados no imediato pós-25 de Abril, consistiram na deposição dos cargos de indivíduos que eram considerados ligados e/ou adeptos à lógica social do Estado Novo.

15 Em 25 de novembro de 1975 um golpe liderado por militares moderados do Movimento das Forças Armadas pôe fim ao período de crescente movimentação social e disputa política entre forças político-militares de extrema-esquerda e forças político-militares moderadas e de direita. Considera-se o 25 de Novembro como um marco do fim do processo revolucionário português.

16 ROSAS, Fernando. “Memória da violência e violência da memória” in PIMENTEL; Irene Flunser; MADEIRA, João; FARINHA, Luís (orgs.) *Vítimas de Salazar – Estado Novo e violência política*. Lisboa: A esfera dos livros, 2007. P. 21

Contudo, é só em meados dos anos 1990 que a discussão sobre o passado do Estado Novo invade o espaço público português, no 20º aniversário do 25 de Abril, em 1994. Antes disso, em 1992, há um ensaio desta situação de amplo debate sobre o passado de ditadura, devido à concessão pelo Estado de pensões a ex-agentes da PIDE, o que provoca uma onda de indignação e críticas. Em 1994, nos 20 anos da Revolução, verifica-se na sociedade uma excepcional afluência de iniciativas comemorativas; o auge da polémica dá-se a propósito de um debate televisivo em que um dos convidados era um ex-agente da PIDE, um dos que fora agraciado pelo Estado dois anos antes em virtude dos *serviços prestados à pátria*. Neste quadro, a crítica ao *branqueamento* do Estado Novo¹⁷ e à paralela desvalorização do 25 de Abril dominou o tom das intervenções do 20º aniversário da Revolução.

Portanto, o fator fundamental que motiva o ressurgimento de intenso debate público sobre o passado em Portugal é a crescente visibilidade social de um discurso *revisionista* que intenta recuperar aspectos da ditadura. Convém destacar que este discurso é desdobramento de um mais desenvolvido processo de *revisionismo histórico* sobre a Revolução, tendência crescente no espaço público português desde finais dos anos 1980. De modo que a progressiva visibilidade de interpretações baseadas na condenação do processo revolucionário provocou efeitos na memória pública do Estado Novo, pois criou ambiente social favorável a uma cada vez maior divulgação de visões demasiado brandas sobre a ditadura.

E é suficientemente significativo que esta “revolta da memória”¹⁸ surja a propósito dos discursos *revisionistas* sobre o Estado Novo e não diretamente a propósito das formulações *revisionistas* sobre a Revolução, as quais contam com considerável maior grau de tolerância social. É interessante, a título de exemplo, mencionar um debate parlamentar de 1994 que permite perceber o maior consenso existente quanto à rejeição ao *branqueamento* do Estado Novo, ao passo que interpretações baseadas na condenação da Revolução são mais facilmente aceitas, especialmente pelas bancadas de direita: PSD e CDS. Assim, numa sessão da Assembleia da República, o socialista Manuel Alegre insurgiu-se contra o “branqueamento e reabilitação da PIDE”; afirmou

17 Referência às tendências de *revisionismo histórico* no sentido de suavizar a caracterização da ditadura salazarista.

18 Cf. LOFF, Manuel. “Esquecimento, revisão da História e revolta da memória” in DELGADO, Iva; LOFF, Manuel; CLUNY, António; PACHECO, Carlos; MONTEIRO, Ricardo (orgs.) *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e direito à memória*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. Pp. 189-199

que a pretexto das comemorações da Revolução se procedia à revisão da História do último meio século de ditadura – situação que considerava uma “subversão da memória”, evidenciada na tentativa concomitante de julgar a Revolução e absolver a ditadura. A intervenção de Alegre foi longamente aplaudida, com as bancadas do PS e do PCP de pé.

Porém, a unanimidade no Parlamento foi quebrada pela intervenção do social-democrata Silva Marques, que equiparou a repressão do Estado Novo ao processo revolucionário. Assumindo-se como preso, espancado e torturado pela PIDE, relativizou a situação ao dizer que “[n]ão há perseguições políticas boas e más e eu também me levantei contra as que foram movidas depois do 25 de Abril”. A mesma argumentação relativizadora foi defendida pelo centrista Narana Coissoró: dizendo-se também perseguido e *saneado* pela PIDE, afirmou que o “PCP não é o detentor da liberdade” e questionou a autoridade do discurso daqueles “que se solidarizaram com a KGB”. Dessa forma, evocou os *saneados* de 1975 para pedir que a história não fosse escrita a favor da PIDE, mas que também não omitisse estes fatos.¹⁹

Neste sentido, pode-se afirmar que a memória da Revolução funciona como um *eclipse* para a memória do Estado Novo; o que significa dizer que a discussão sobre o passado ditatorial quase sempre passa pela discussão sobre o passado revolucionário mais recente. Isto muitas vezes favorece a tendência de reabilitação do Estado Novo, devido à clara aceitabilidade por setores da sociedade portuguesa de interpretações condenatórias do processo revolucionário. Esta situação reflete-se no fato de que as visões *revisionistas* sobre o Estado Novo mais comuns no espaço público são aquelas que se baseiam na comparação relativizadora com o período revolucionário – o que provoca o efeito de *branquear* a ditadura –; as interpretações que pretendem reabilitar diretamente o passado ditatorial são consideravelmente mais raras no espaço público, restritas às opiniões de extrema-direita e rejeitadas inclusive pela direita moderada.

Por fim, e ao contrário do caso espanhol, é justamente através da interpretação do processo revolucionário que o *revisionismo histórico* penetra na historiografia portuguesa, com a consagração, por exemplo, da tese do duplo legado da democracia: contra o autoritarismo de direita e de esquerda. Este tipo de opinião – completamente banalizada no espaço público e que pode ser considerada também desde há alguns anos uma das versões dominantes sobre a memória da Revolução – desconsidera a

19 “Para o fascismo português todos os opositores eram judeus” in *Jornal de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 6; “Feridas do 25 de Abril” in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1994, p. 6

complexidade do contexto histórico, especialmente a respeito da radicalização do processo revolucionário, simplificação esta que permite formulações do gênero de que a institucionalização da democracia em Portugal dependeu da *resistência contra a revolução*.

Enfim, como destaca Rousso, a fase de “obsessão memorial” da atualidade – fase em que se desenvolvem as tendências de *revisionismo histórico* – evidencia um anacronismo que, diante da confusão geral que o envolve, sugere a ideia de ruptura da continuidade histórica.²⁰ No caso português, este anacronismo manifesta-se no rompimento entre as realidades históricas do Estado Novo e da Revolução, o que favorece leituras retrospectivas, que não consideram a Revolução dentro da lógica de consequências e continuidade histórica dos anos da ditadura.

Tendo em vista esta ruptura da continuidade histórica – que permite formulações bastante duvidosas do ponto de vista histórico –, vale a pena mencionar uma crítica de Moradiellos a respeito do *revisionismo histórico* sobre o passado recente espanhol, e que serve como reflexão para as análises sobre o Estado Novo português e a Revolução: “Segundo uma perspectiva historiográfica, cabe admitir que a República foi uma ‘Democracia imperfeita’ em vários aspectos durante o seu curto e difícil quinquênio de existência. Mas também é evidente que o Franquismo foi uma ‘Anti-Democracia perfeita’ durante toda sua longa vigência de quase quatro décadas. Não é suspeitosamente desequilibrado e sectário o tratamento diferencial dado a ambos os períodos históricos? Não chama excessivamente a atenção esta obsessão denunciadora contra o breve interlúdio republicano e a paralela ‘compreensão’, ponderação benévola ou simples escamoteação e esquecimento do longuíssimo epílogo ditatorial? Não surpreendem em demasia as exigências de prudência e ponderação na hora de analisar e compreender o passado ditatorial e a concomitante renúncia a aplicar o mesmo modelo quando se trata da experiência democrática republicana? Cabe alguma dúvida, portanto, sobre seus clamorosos propósitos políticos presentistas e sobre suas afinidades mais íntimas e arraigadas?”²¹

Conclusões

20 ROUSSO, 1994, *op. cit.* P. 274

21 MORADIELLOS, *op. cit.*, p. 383

Os diferentes modelos de transição para a democracia em Portugal e Espanha – respectivamente, a *ruptura revolucionária* e a *reforma pactuada* – são determinantes para a configuração subsequente da memória pública sobre seus passados ditatoriais. A delicada relação de forças políticas durante a transição espanhola favorece a hegemonia pública da versão da “reconciliação nacional”, ao passo que as memórias republicanas e da repressão franquista permanecem *subterrâneas*. Em Portugal, contrariamente, o vazio de poder ocasionado pela Revolução permite a hegemonia inicial das memórias antifascistas.

Durante a década de 1990, a fase de “obsessão memorial” vivida pelas sociedades contemporâneas manifesta-se de forma diferente nas duas sociedades ibéricas. Em Espanha – favorecido pela mudança nas relações de forças políticas – há a erupção no espaço público das memórias *subterrâneas*; verifica-se também a emergência de tendências de *revisionismo histórico*, as quais, porém, não incidem com força no campo historiográfico. Em Portugal, é justamente o desenvolvimento do *revisionismo histórico* no espaço público que impulsiona o debate sobre o passado ditatorial – debate este que sempre ocorre de forma paralela à discussão sobre o passado revolucionário.

Portanto, pode-se dizer que a peculiaridade da ruptura revolucionária – e, em estreita relação, a hegemonia atual de juízos bastante críticos à ideia de revolução – permite um considerável desenvolvimento de versões *revisionistas* do passado recente português, inclusive no interior da Academia. A diferença em relação a outros casos nacionais, particularmente o espanhol, é significativa, pois o *revisionismo histórico* sobre a Revolução abre caminho para o *branqueamento* da ditadura – embora sejam muito mais nítidas e amplas as tendências para condenar a Revolução.